

**POLÍTICA DE
PREVENÇÃO
SOCIAL À
CRIMINALIDADE**

Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais

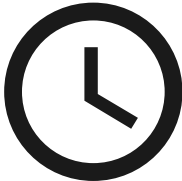
POLÍTICA DE PREVENÇÃO

APRESENTAÇÃO

Baseada em uma **concepção inovadora de política de segurança pública** do Estado, pautada no conceito de *segurança cidadã e participação social*.

Objetivo: contribuir para prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos e para o aumento da sensação de segurança em Minas Gerais.

Em execução desde

 **2003**



Público alvo: jovens e moradores de territórios com maior concentração de crimes de homicídios; pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas; e pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO

APRESENTAÇÃO

Marco Lógico e conceitual da Política:

Segurança Cidadã

Prevenção Social

Prevenção Situacional

Fatores de Risco

Fatores de Proteção

Território / Comunidade

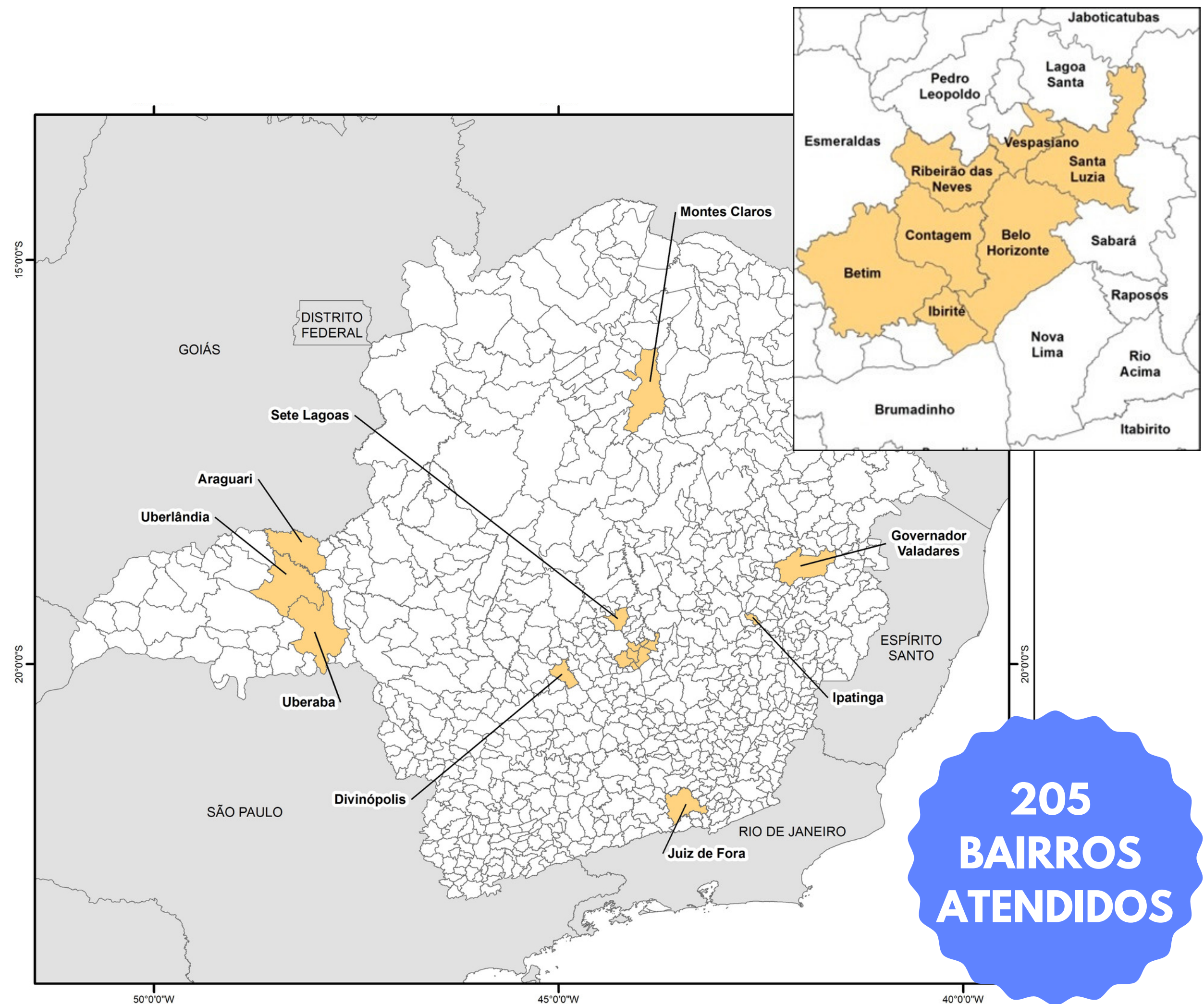
Participação Social

POLÍTICA DE PREVENÇÃO ABRANGÊNCIA

📍 50 Unidades de Prevenção
à Criminalidade

📍 Presente em 17
municípios, sendo 14
desses os mais populosos
de Minas Gerais

**Todos os municípios mineiros
com mais de 200 mil
habitantes contam com pelo
menos uma Unidade de
Prevenção Social à
Criminalidade**



Prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, moradores das áreas de abrangência dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade, mais vulneráveis aos fenômenos da letalidade juvenil e do genocídio da juventude negra.



Contribui também para a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas envolvendo adolescentes e jovens; ampliação da sensação de segurança nos territórios; ampliação e fortalecimento da rede de proteção sócio comunitária



Intervenção Estratégica



Proteção Social

Dados



Resultados:

- Executado em 33 territórios mineiros, que abrangem 205 comunidades, com possibilidade de expansão
- Redução de 29,2% dos homicídios nas áreas atendidas pelo Programa (comparativo entre 2017 e 2018)
- Atendimento médio mensal de 8.373 jovens morados dos territórios
- Mais de 2 milhões de atendimentos em oficinas do programa realizados de 2004 a 2018
- Realização de 60 Grupos de Intervenção Estratégica em parceria com Ministério Público, PMMG e PCMG em 2018

Custos:

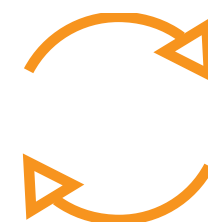
- R\$ 90,00 por jovem atendido, por mês

Experimenta em sua prática o paradigma da Mediação Comunitária, enquanto método de resolução pacífica de conflitos com o objetivo de promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais



Contribui para a redução de homicídios oriundos de violência contra a mulher, de conflitos entre vizinhos, de violência doméstica e familiar e da violação de direitos

Ações:



- *Mediação de conflitos*
- *Orientação para acesso a direitos*
- *Articulação e fomento à organização*
- *comunitária*

Resultados:

- Executado em 33 territórios mineiros, que abrangem 205 comunidades, com possibilidade de expansão
- Redução de 29,2% dos homicídios nas áreas atendidas pelo Programa (comparativo entre 2017 e 2018)
- 95,5% de resolução pacífica de conflitos nos casos de mediação atendidos em 2018
- 16.606 atendimentos ao público morador das áreas mais violentas
- Intervenção em 638 casos de violência doméstica e familiar contra a mulher

Custos:

- R\$ 40,50 por atendimento, por mês

Contribui para o fortalecimento e consolidação das alternativas a prisão no Estado de Minas Gerais, pautando ações de responsabilização com liberdade.

Público alvo: pessoas que
foram condenadas ou
receberam medidas de
cumprimento de penas não
privativas de liberdade pelo
Poder Judiciário



**Programa ocorre em colaboração
com o Poder Judiciário, Ministério
Público, Defensoria Pública,
Prefeituras, 3º Setor e Sociedade
Civil**

As modalidades de Alternativas Penais desenvolvidas são:

- ✔ Prestação de Serviços à Comunidade;
- ✔ Projetos Temáticos de Execução de Alternativas Penais por tipo de delito cometido;
- ✔ Atendimentos individuais ou Grupos Reflexivos de Responsabilização de homens processados e julgados no âmbito da Lei Maria da Penha;
- ✔ Projetos no âmbito das Medidas Cautelares
- ✔ Projetos e práticas restaurativas.

Dados

Resultados:

- Executado em 16 municípios mineiros, com possibilidade de expansão
- 86,7% de cumprimento de alternativas penais em 2018
- 41.083 atendimentos a pessoas em alternativas penais realizados em 2018
- 125.905 novas alternativas penais monitoradas de 2003 a 2018
- 956 homens inscritos em grupos de responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha em 2018

Custos:

- R\$ 34,80 por alternativa penal, por mês

Favorece o acesso a direitos e promove condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.



Acompanhamento de egressos do Sistema Prisional



Rede de Apoio aos egressos



Profissionalização, Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho



Concessão de Cestas Básicas e Vales Transporte

Público alvo: pessoas em Regime Aberto, Prisão Domiciliar, Livramento Condicional, em Liberdade Definitiva e seus respectivos familiares



Dados

Resultados:

- Executado em 11 municípios mineiros, com possibilidade de expansão
- 23% de reincidência de pessoas em liberdade condicional inscritas no PrEsp em Belo Horizonte
- 14.815 atendimentos ao público do PrESp em 2018
- Realização de 180.175 atendimentos aos egressos de 2005 a 2018

Custos:

- R\$ 30,50 por atendimento ao egresso, por mês

POLÍTICA DE PREVENÇÃO
EXECUÇÃO 2019

**Fica Vivo! atendeu
em média**

9.076

**jovens nos primeiros
5 meses de 2019.**

13.153

**atendimentos de
janeiro a maio de
2019 realizados pelo
PMC**

**Redução de
5%**

**dos homicídios
nas áreas de
abrangência dos
CPC em MG de
janeiro a
maio/2019 em
comparação com
o mesmo período
de 2018**

13.836

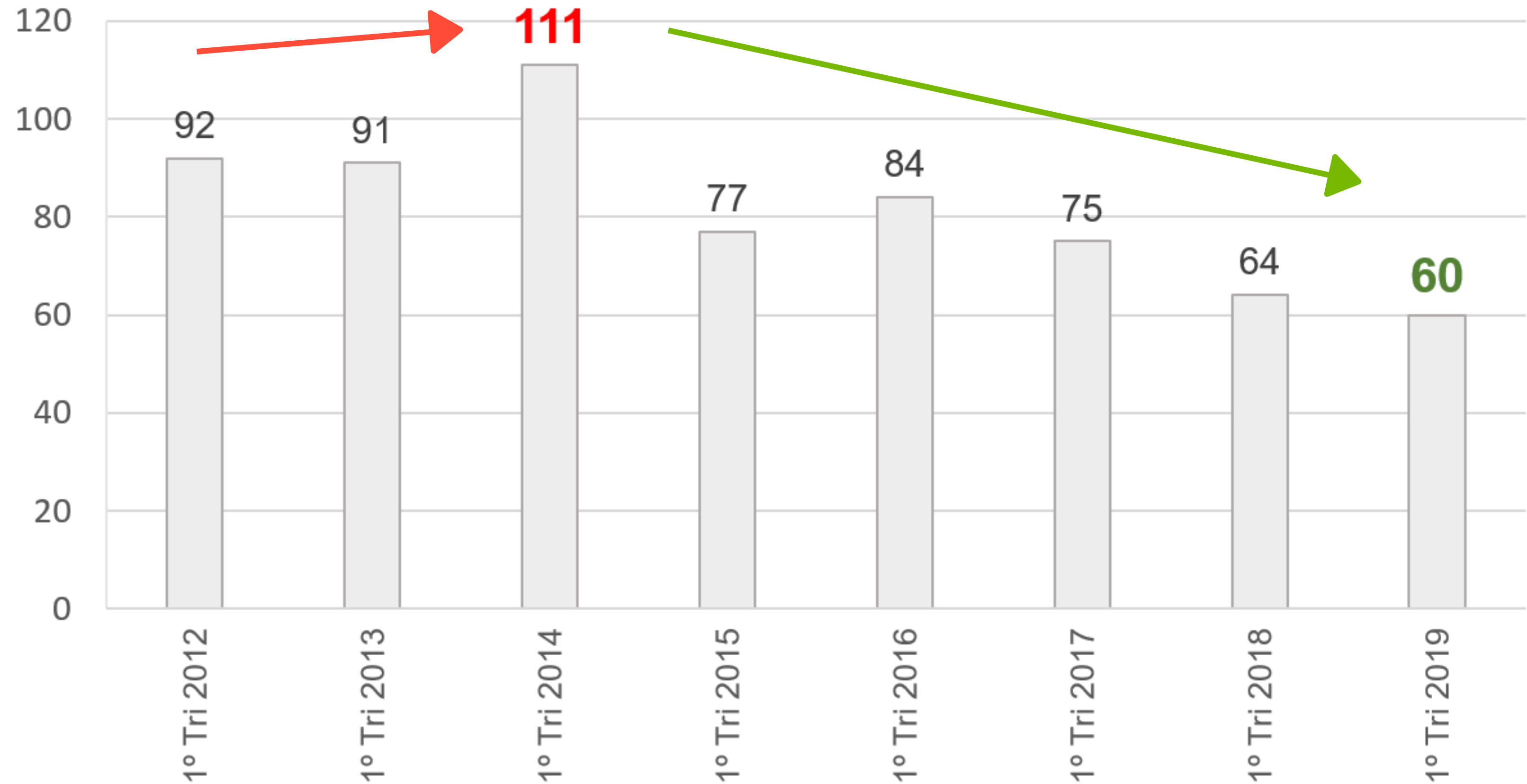
**Alternativas Penais
monitoradas**

7.910

**atendimentos a
egressos nos
primeiros 5 meses
de 2019 realizados
pelo PrEsp**

HOMICÍDIOS

Melhor 1º trimestre dos últimos 8 anos



Capilarizar no Estado de Minas Gerais ações de prevenção que favoreçam a redução de violências e criminalidades e o aumento da sensação de segurança por meio da transmissão de know-how e do fomento à construção de estratégias de prevenção municipais, visando à certificação dos municípios mineiros com o Selo Prevenção Minas

